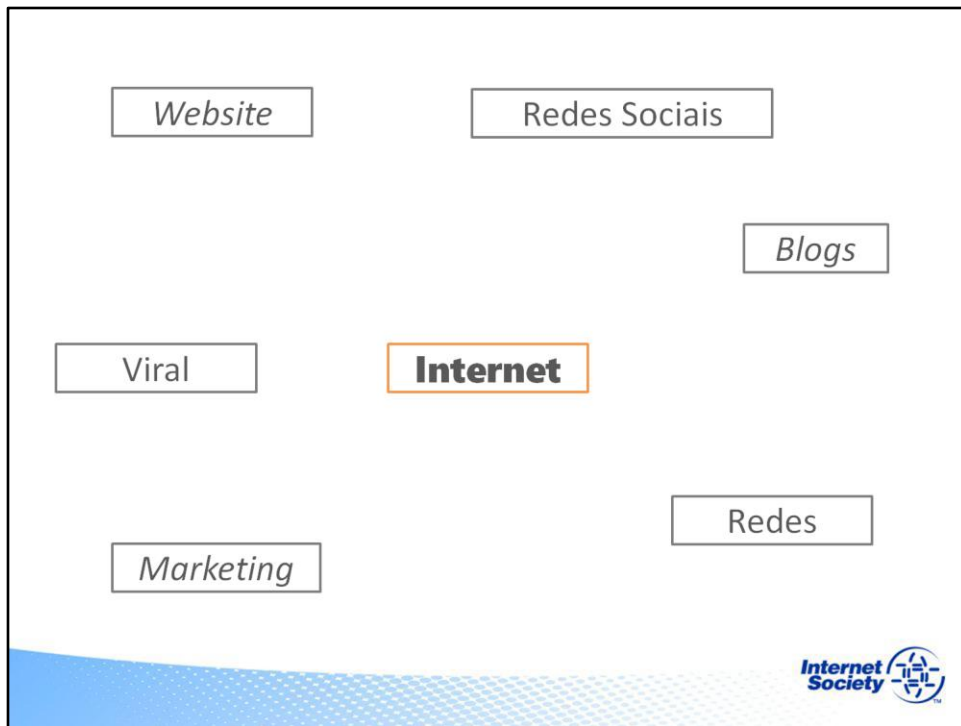




Bem-vindo a Pegadas Digitais, módulo nove.  
Neste módulo, aprenderemos como a legislação afeta as pegadas digitais.



A Internet é global, mas as leis de privacidade não são. O ecossistema da Internet é complexo e regulamentá-lo é um desafio.

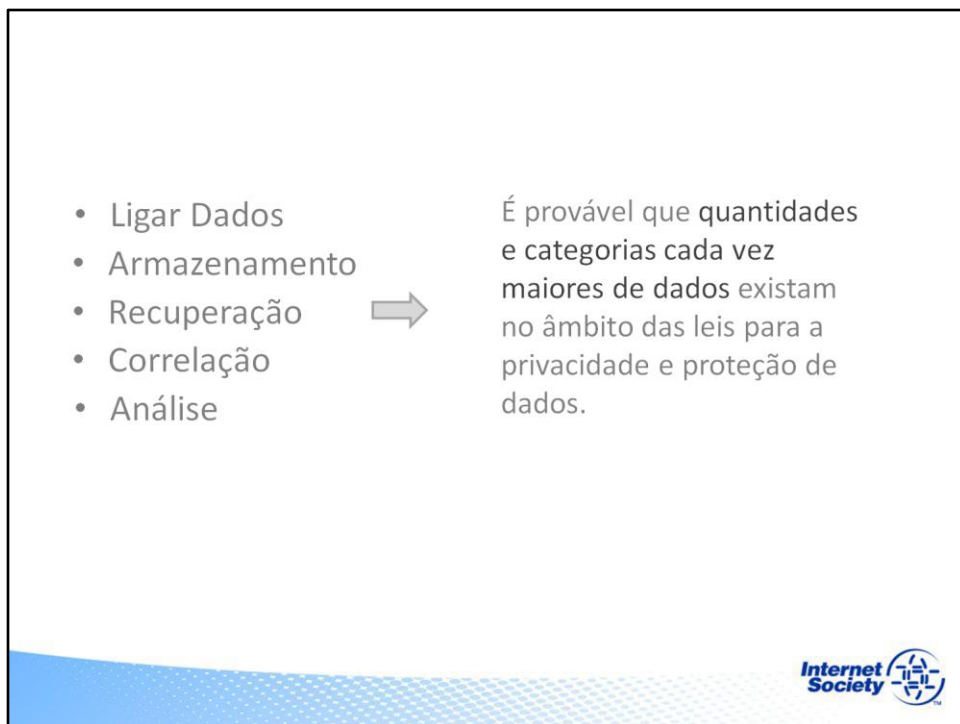
## Leis e Diretrizes sobre Privacidade



A maioria das leis e diretrizes sobre privacidade concentram-se em "dados pessoais" ou "informações pessoais", geralmente definidas como "informações relacionadas a um indivíduo identificado ou identificável".

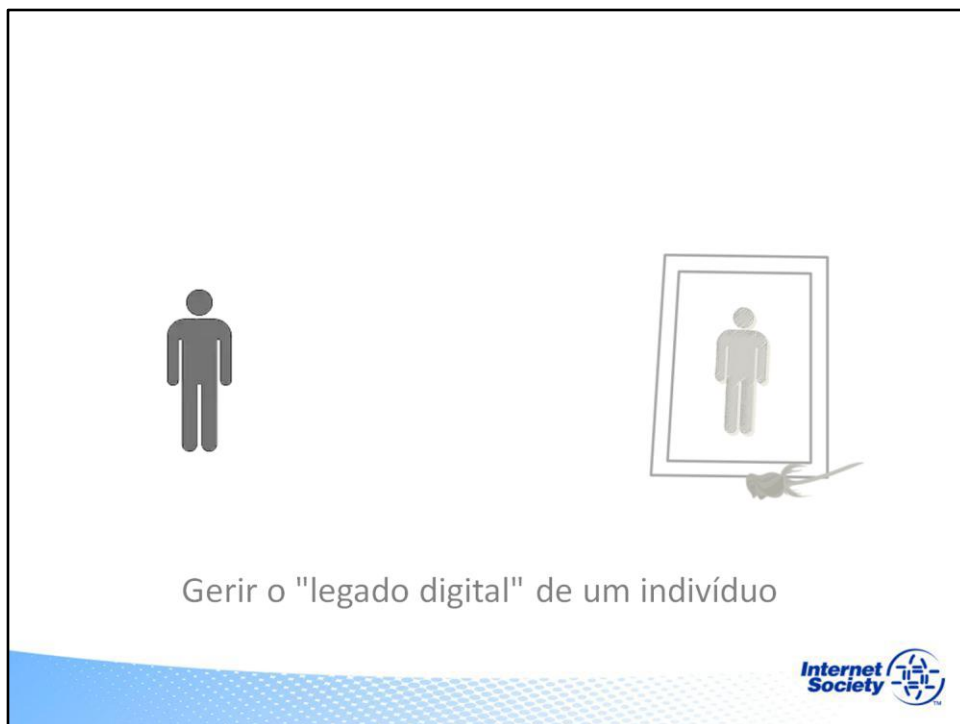


No entanto, a definição de "dados pessoais online" está a evoluir. Há uma crescente percepção do potencial impacto na privacidade de qualquer informação que possa ser usada para destacar ou tratar um indivíduo de maneira diferente, mesmo que o indivíduo não possa ser identificado por nome.

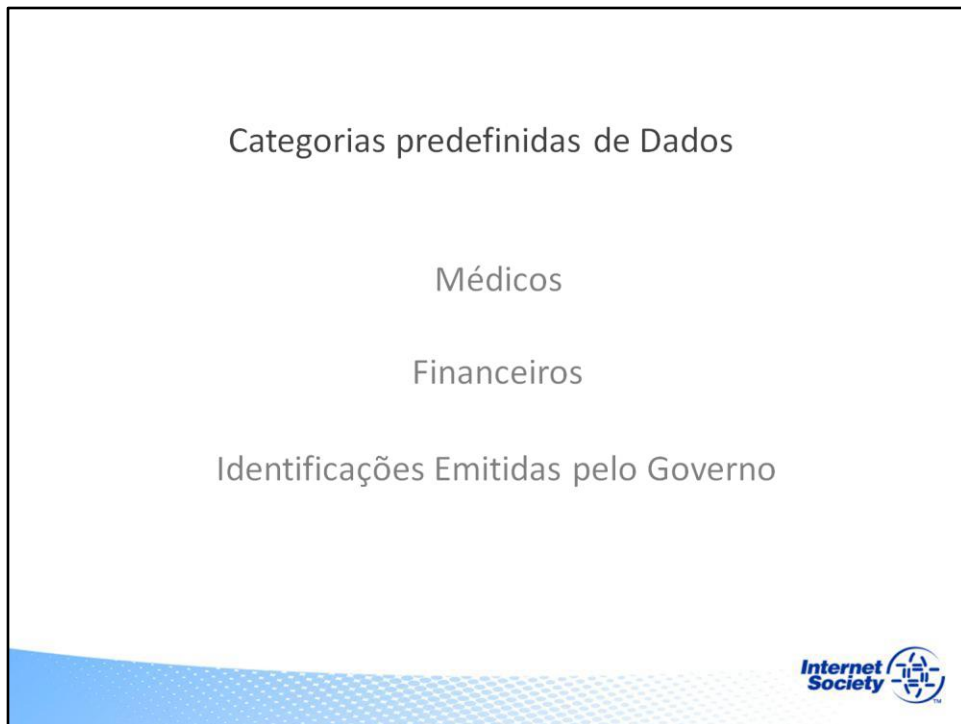


Combinado com os avanços na ligação, armazenamento, recuperação, correlação e análise de dados, é provável que quantidades e categorias cada vez maiores de dados existam no âmbito das leis para a privacidade e proteção de dados.

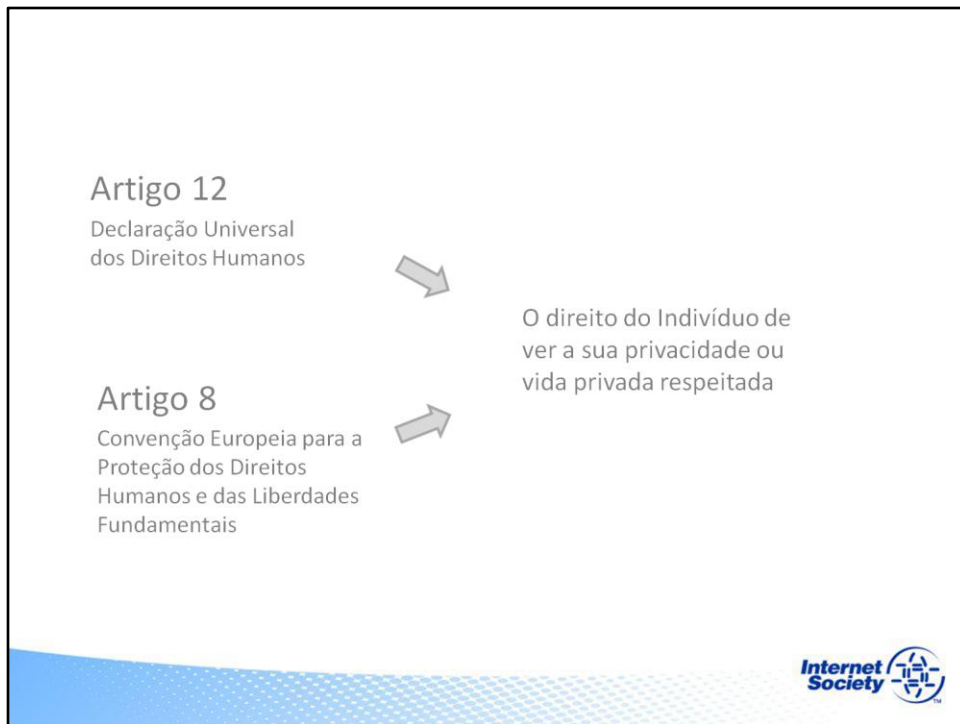
Como resultado, existem propostas para tornar isso explícito, seja na linguagem dos regulamentos de privacidade ou em materiais educativos.



De um modo geral, as leis para a privacidade e proteção de dados aplicam-se apenas a informações sobre indivíduos vivos, mas alguns países estendem a aplicação da lei a informações sobre indivíduos falecidos. Quanto mais "digitais" e on-line nossas vidas se tornam, mais significativa é a questão de gerir o "legado digital" de um indivíduo após a morte.



Alguns países promulgaram leis para proteger categorias predefinidas de dados que são tradicionalmente consideradas mais sensíveis, incluindo dados médicos, dados financeiros e identificações emitidas pelo governo.



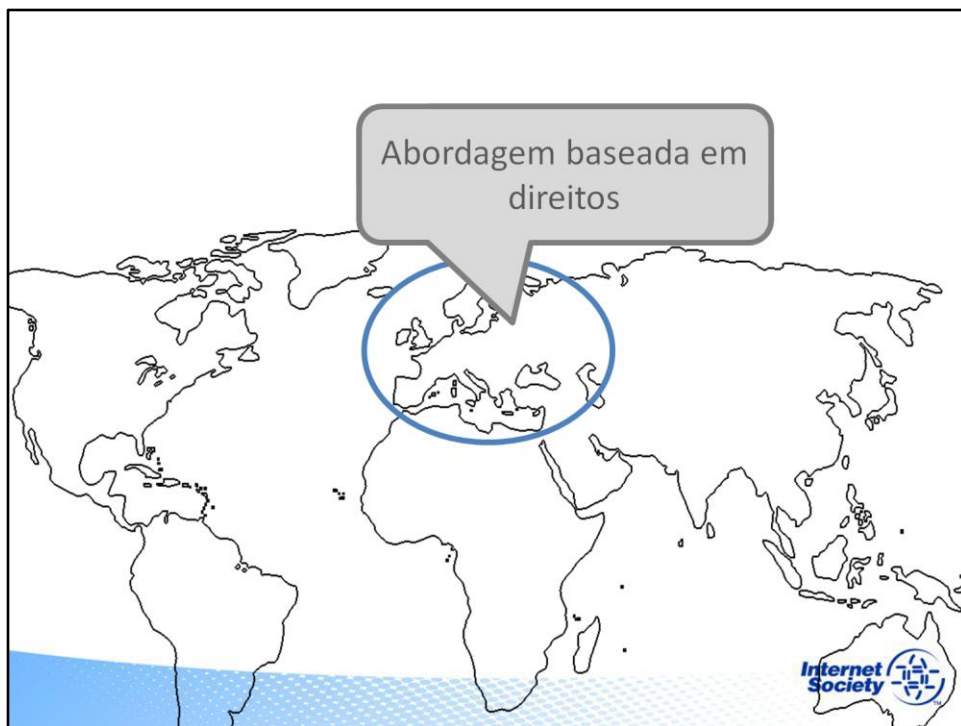
O artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o artigo 8 da Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais referem-se ao direito do indivíduo de ver a sua privacidade ou vida privada respeitada, mas não há lei sobre privacidade ou proteção de dados que se aplica ao mundo inteiro: não existe um conjunto único de regras de processamento de dados que cubra todos os serviços e utilizadores da Internet.



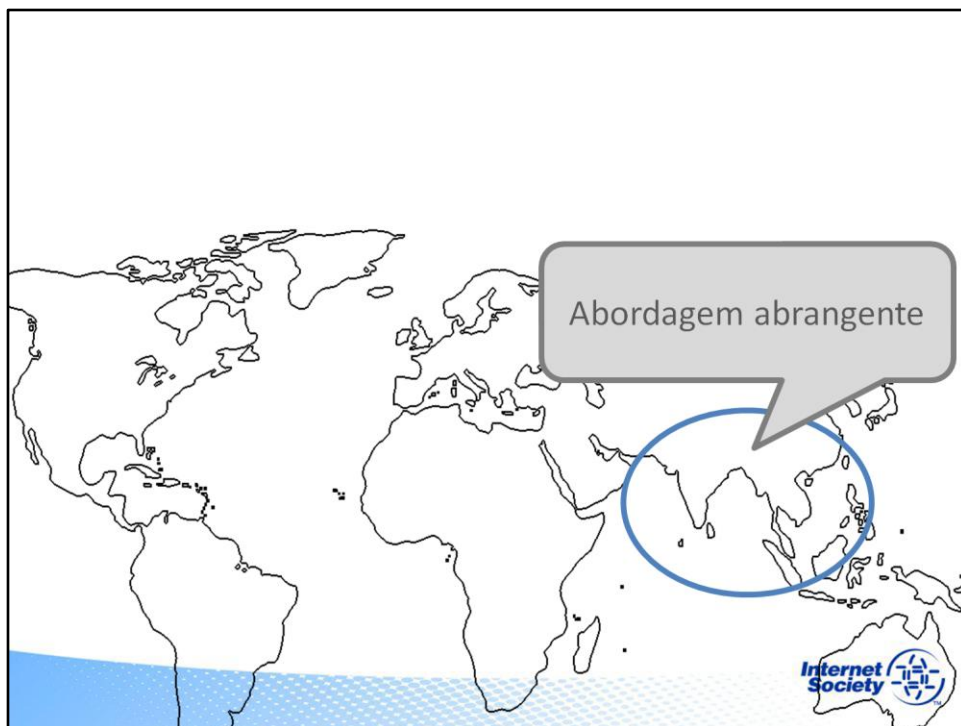
## Conjunto de Princípios-Chave



Como a Internet não respeita as fronteiras nacionais, precisamos encontrar maneiras de aumentar a consistência da proteção legal, respeitando as diferenças nacionais e culturais. Há um acordo internacional bastante amplo sobre um conjunto de princípios-chave, mas os aspectos práticos da lei da privacidade e a sua aplicação variam amplamente de país para país.



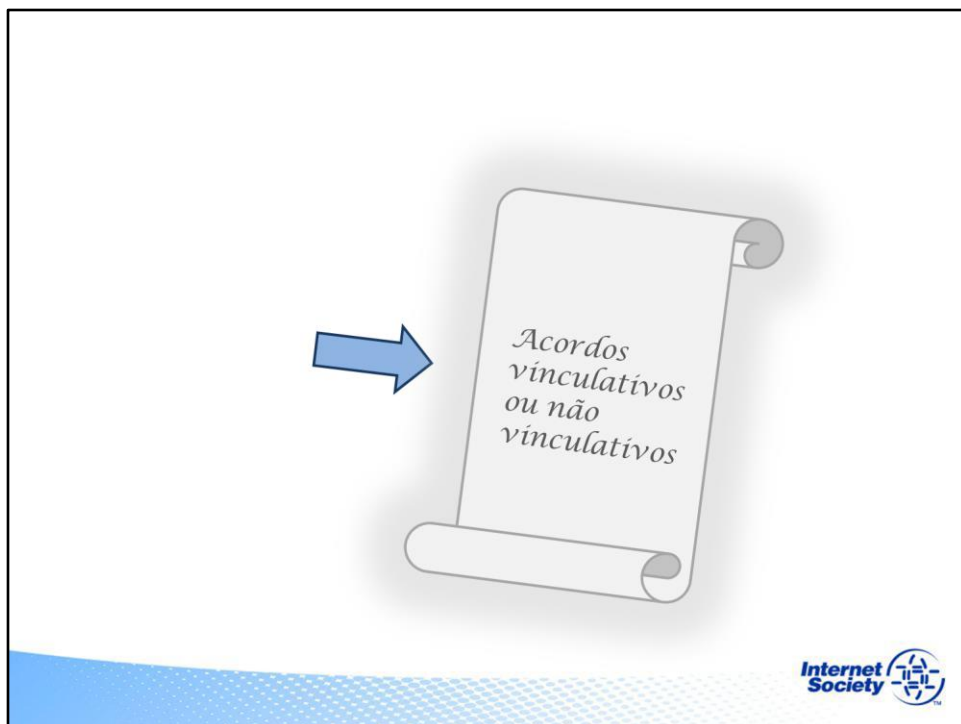
Alguns países e regiões, como a Europa, adotam uma abordagem baseada em direitos para proteção e privacidade de dados.



Outros, mesmo que não adotem uma abordagem baseada em direitos, adotaram uma abordagem "abrangente" à privacidade.



No entanto, outros, como os Estados Unidos, dependem mais de leis específicas do setor, boas práticas auto-reguladas e códigos de conduta. Aparte disto, existem países que não têm leis de privacidade (ou usam versões rudimentares destas).



Todas essas diferenças aumentam o desafio em estabelecer a ponte entre as leis específicas de cada país e a natureza sem fronteiras da Internet. Para permitir fluxos entre fronteiras e mesmo assim proteger a privacidade, vários grupos de países chegaram a acordos vinculativos ou não vinculativos. Clique na pergaminho para visualizar uma lista desses acordos.

## Acordos Vinculativos ou Não Vinculativos

- Diretrizes da OECD sobre a Proteção e Circulação entre Fronteiras de Dados Pessoais, especificamente a alínea 3
- Convenção do Conselho Europeu sobre a Proteção de Indivíduos face ao Processamento Automático de Dados, especificamente o capítulo 3
- Estrutura para a Privacidade da APEC e o Sistema de Regras Inter Fronteiras da APEC (um sistema de responsabilização voluntário)
- Estruturas de Porto Seguro dos E.UA. E UE e E.UA. - Suíça
- Regras Vinculativas para Empresas da UE (para empresas multinacionais)



Aqui está uma lista de alguns acordos vinculativos e não vinculativos com a adesão de alguns países.



Agora, vamos dar uma vista de olhos sobre os prós e contras de ter leis específicas para tecnologia.

Em alguns casos, as leis específicas para tecnologia podem melhorar genuinamente a experiência de navegação e/ou a segurança dos utilizadores (por exemplo, se os *cookies* forem usados para suportar um protocolo de autenticação de dois fatores). No entanto, leis específicas para tecnologia também podem ter a consequência accidental de empurrar a atividade indesejada para fora da abrangência da lei. Esse tipo de abordagem pode, perversamente, dar aos provedores de serviços um incentivo para procurar outros meios não regulamentados de monitorizar ou criar perfis de utilizadores, como obtenção da identificação do dispositivo a partir do navegador *web* e armazenamento em servidor, o que pode ser mais difícil (ou impossível) de ser detectado pelos utilizadores.

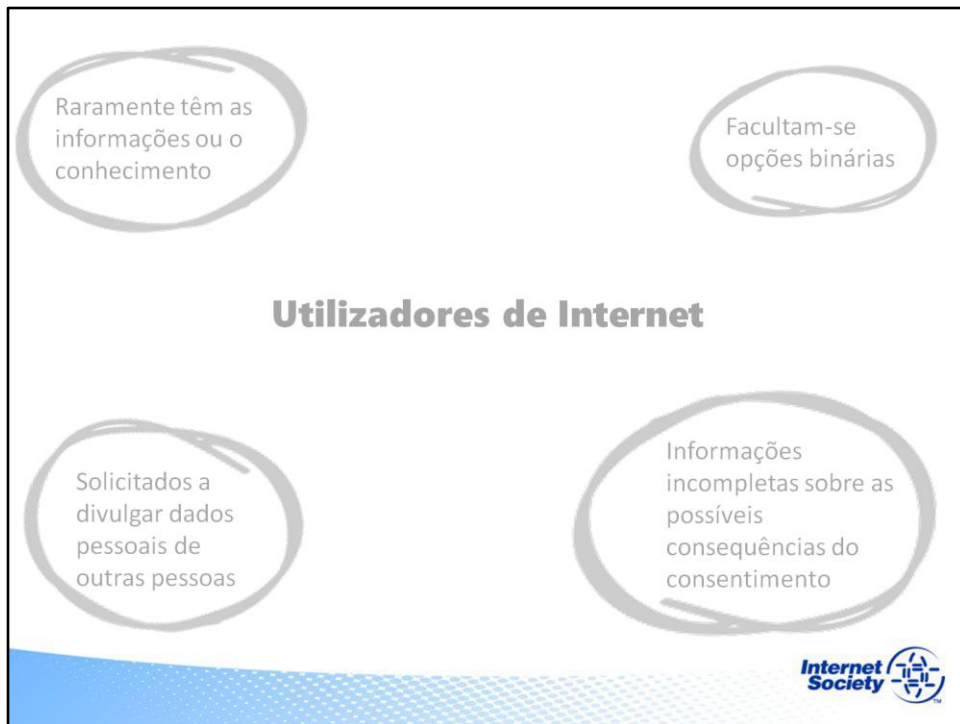
## Questão do Consentimento

Obtenção, uso e divulgação de "dados pessoais" além do estritamente necessário para fornecer um produto ou serviço

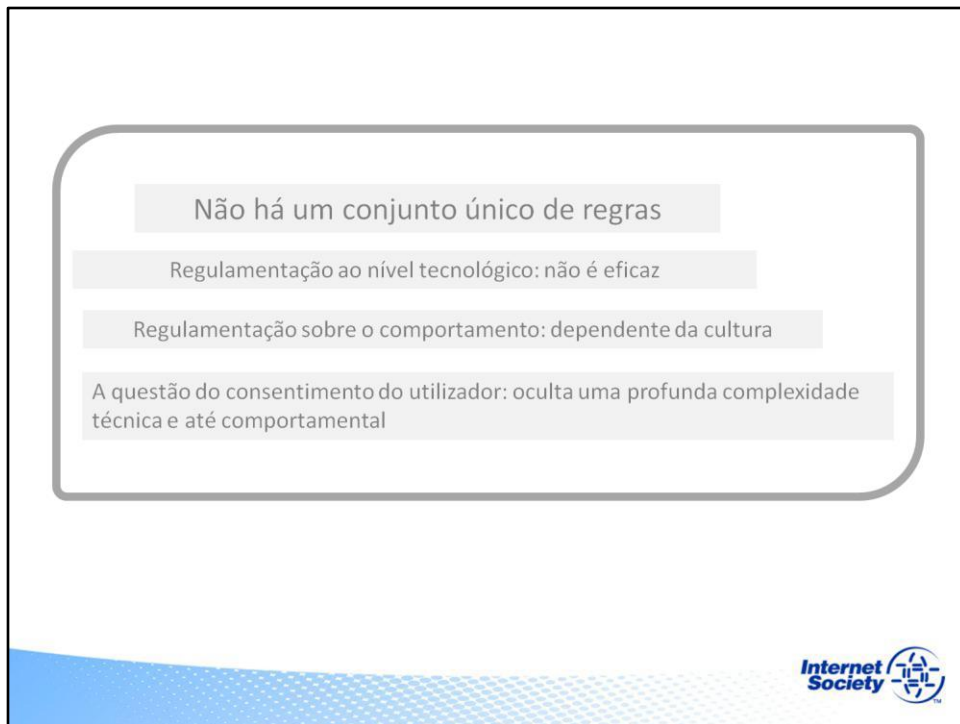


Um fator regulamentar crítico é a questão do consentimento. O consentimento do utilizador desempenha um papel importante na extensão da obtenção, uso e divulgação de "dados pessoais" além do estritamente necessário para fornecer um produto ou serviço. Uma abordagem será insistir que a decisão deve ser tomada pelo indivíduo com a maior probabilidade de ser afetado, mas colocar isso em prática pode ser mais problemático do que se poderia esperar.





Isto ocorre porque utilizadores da Internet raramente têm as informações ou o conhecimento que precisam para tomar uma decisão informada. Geralmente facultam-se opções binárias (ou seja, ou diz "sim" ou não obtém o serviço). Os utilizadores podem ter apenas conhecimento incerto e informações incompletas sobre as possíveis consequências do consentimento. Os utilizadores são cada vez mais solicitados a divulgar dados pessoais de outras pessoas, como sucede quando um serviço solicita sua lista de contatos.



Em resumo: não há um conjunto único de regras, nem uma definição única de quais dados devem ser protegidos. A regulamentação ao nível tecnológico geralmente não é eficaz - mas a regulamentação sobre o comportamento torna a lei altamente dependente da cultura e mais difícil de conciliar com outras jurisdições.

A questão do consentimento do utilizador parece simples à partida, mas oculta uma profunda complexidade técnica e até comportamental.

Posto isto, não podemos ter uma expectativa realista por uma solução legislativa única para o problema da privacidade: devemos contar com a necessidade de abordarmos a questão num processo contínuo de avaliação e adaptação.



Parabéns! Completou Pegadas Digitais, módulo nove - Como é que a Legislação Afeta as Pegadas Digitais?

Lembramos que pode sempre encontrar mais informação, documentação técnica e outros módulos de formação através das páginas sobre Identidade e Privacidade da Internet Society.

<http://www.eprivacidade.pt/recursos/tutorial-privacidade/index.html>